

Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval

Contribution to the history of medieval Portuguese farriery (alveitaria)

Yann Loïc Macedo de Moraes Araújo*

Fundação Passos Canavarro, Largo da Alcáçova, nos 1 e 2, 2006-110, Santarém

Resumo: Este trabalho de síntese acerca da história da alveitaria portuguesa medieval assenta essencialmente em duas bases. Desde logo, compreender a importância do cavalo enquanto companheiro leal, meio de transporte, máquina de guerra e símbolo social, em torno do qual girou desde a pré-história o interesse dos Homens. Em seguida, analisar o peso que a arte de criar e manter cavalos teve desde o advento da época histórica, sendo coligida em códigos e tratados que teriam uma difusão, podemos dizê-lo, mundial. A este processo não ficaram alheios gentis-homens e físicos oriundos dessa finisterra europeia e ibérica tornada Portugal em meados do século XII, região em guerra permanente, dedicando-se à exclusivamente peninsular Alveitaria. Procura-se assim, actualizando o tema à luz das mais recentes referências nacionais e internacionais no campo da história da Idade Média, evocar a gesta da alveitaria medieval em Portugal.

Summary: This paper is about the history of the medieval Portuguese farriery (alveitaria) and is focused essentially on two issues: to understand the importance of the horse as true companion, transport mean, war machine and social symbol, becoming since pre-historical times a focus of men's attention; to comprehend the importance that, since the beginning of historical times, the art of breeding and maintain the health of horses had in ancient codes and treaties that would spread, it is a fact, world wide. Attentive noble-men and physician's from the finisterra that in the XII century would become Portugal, a region in continuous war, would dedicate themselves to the exclusively peninsular alveitaria. We seek therefore to evoke the history of medieval Portuguese alveitaria, based on some of the most recent and relevant contributions of the national and international authors of medieval history.

Introdução

Desde a mais remota Antiguidade que a acção de grupos de combatentes a cavalo se revelou determinante no desenvolvimento de campanhas bélicas, quer pela sua extrema agilidade e mobilidade, quer pelo efeito

psicologicamente devastador que estas unidades de combate provocavam nos confrontos com as formações de guerreiros apeados do campo adverso.

A constatação e análise pelos estrategas da Idade Média da influência desta forma de combate levou a que se tenham verificado nessa época as evoluções fundamentais, que não só colocaram a cavalaria militar no primeiro nível das armas de dissuasão e, se necessário fosse, de destruição, como conferiram aos combatentes e às suas montadas uma aura de invencibilidade que perdurou até um passado recente.

A utilização, cada vez mais generalizada, de corpos de cavalaria nas acções militares, não só obrigou à concepção de novas estratégias a utilizar nos confrontos bélicos, como teve reflexos decisivos na estrutura da sociedade da época. Passando as campanhas guerreiras a decorrer, preferencialmente, nos meses mais favoráveis à utilização do cavalo - pois estes, para além de necessitarem de pasto e água, tinham as suas características de força, velocidade e resistência fortemente condicionadas por frio intenso ou por humidade exagerada - a economia característica das micro-sociedades que constituíam a Europa ocidental na época, cujo desenvolvimento decorria ao sabor de constantes alterações do quadro político-territorial, encontrando todavia na agricultura o seu sector produtivo essencial, não podia deixar ser profundamente afectada.

E porque as alterações sociais resultantes de uma situação de guerra sempre foram determinantes na definição da ordem sócio-política dos estados nela envolvidos, num mundo que então vivia para e pela guerra, a capacidade de dispor desta nova arma provocaria alterações dramáticas na ordem social tripartida da Idade Média, ao constituir peça basilar da posição dominante que então veio a ser ocupada pelos primeiros a morrer na guerra: os Bellatores (Saint Pierre, 1954).

De facto, um cavalo não era então apenas um dos mais devastadores meios de assalto ao inimigo. Intimamente ligado aos feitos guerreiros e à fortuna do seu proprietário, constituía um verdadeiro símbolo de poder e de reconhecimento social. A este propósito, R. H.

* Licenciado em História pela Faculdade de Letras e Mestrando na Universidade de Coimbra, Bolseiro da Fundação Passos Canavarro, Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Correspondência: tel. +351 243325708/9, e-mail: geral@fpc_port.com

C. Davis refere que a maioria das raças equinas conhecidas na Europa ocidental não possuíam as qualidades exigidas pelo tipo de guerra então praticado, pelo que a posse de um bom cavalo, não só exigia grande soma de trabalhos para a sua selecção e aquisição como também requeria cuidados extremos na sua posterior manutenção, factos que implicavam abastada fortuna do seu proprietário (Davis, 1989, pp. 7, 31 e seg.).

No Ocidente Europeu, é no decorrer da Alta Idade Média que se registam as primeiras acções sistemáticas tendo em vista o melhoramento das raças equinas. As boas coudelarias encontravam-se então em territórios do antigo Império Romano, nomeadamente em Espanha e na Sicília, tendo-se desenvolvido graças ao contacto com os grandes criadores Árabes que, com as suas avançadas noções de alveitaria (Cordero del Campillo, 1995, p. 198), promoveram precocemente a evolução das raças e apuraram técnicas proto-científicas de prevenção e tratamento das enfermidades que atingiam os seus animais. Fruto da absorção da herança Grega, nomeadamente dos textos de Aristóteles (Atayde, 1994, p. 13), os seus cuidados extremos permitiam-lhes obter animais particularmente adaptados às condições adversas dos desertos e terras áridas e extraordinariamente aptos ao tipo de acções militares - uma rápida e eficaz tática de guerrilha - que privilegiavam. Davis atesta-nos das boas (e específicas) qualidades dos animais criados pelos Árabes que, combatendo tradicionalmente em éguas e contrariando assim os preceitos ocidentais que determinavam que apenas um garanhão teria energia e coragem para entrar na guerra e vencer, já vinham obtendo “by crossbreeding”, excelentes montadas, “light, swift and capable of great endurance”, evidenciando um avançado conhecimento dos métodos de selecção dos reprodutores (Davis, 1989, p. 50).

No Ocidente coevo, o clássico *Historia Animalium* (Aristóteles) e o medieval *De Animalibus* (Santo Isidoro de Sevilha) continuavam ainda a ser objecto de exegese e *disputatio* entre os eruditos, e a medicina animal, nomeadamente no que se refere à sua componente militar, há muito que estagnara, continuando a basear-se em noções empíricas muitas vezes originadas em superstições e crenças. O critério então adoptado para selecção de um bom cavalo para a guerra evidencia a ausência de toda e qualquer sistematização dos conhecimentos disponíveis sobre a matéria, referindo tão somente que o animal deveria ser “suficientemente forte para transportar um cavaleiro armado a galope, suficientemente alto para dominar os soldados de infantaria inimigos, calmo para não entrar em pânico no fragor da batalha, sendo ao mesmo tempo corajoso para suportar feridas” (Davis, 1989, p. 11). Considerava-se ainda importante que o animal fosse “intrépido para ser parte activa no combate, não perdendo devido a isso nenhuma da sua agilidade natural” (Davis, 1989, p. 11). Era obviamente uma selecção a posteriori, fruto do desconhecimento então existente sobre as condições prévias necessárias à obtenção de um animal com tais características.

É apenas no decorrer dos séculos XII e XIII que, graças à visão estratégica de homens como o Imperador Frederico II de Hohenstaufen - que recebeu na sua juventude largos ensinamentos sobre a artes da caça e da cavalaria por mestres Muçulmanos e Islamizados - se verifica o nascimento de uma Ciência Nova, que procurava aprofundar e ampliar os conhecimentos disponíveis na época, versando a criação e manutenção de cavalos com as características óptimas para as vicissitudes da guerra e do seu exercício, como a caça e as touradas.

Também reis e sábios do Reyno de Portugal, permanentemente envolvido no turbilhão de confrontações bélicas do processo de conquista e afirmação da nacionalidade, desde cedo tomam consciência da importância estratégica da compilação e estudo das técnicas de medicina animal então conhecidas, demonstrando um interesse precursor, que veio a permitir a realização de alguns dos mais completos tratados de Alveitaria hoje conhecidos.

O Cavalo de Guerra nos Tratados de Alveitaria da Europa Medieval

Dadas as profundas implicações dos animais domésticos no desenvolvimento das primeiras sociedades organizadas, extremamente dependentes do binómio economia-guerra, desde sempre foi muito estreita a relação estabelecida entre o homem e as suas bestas, sendo uma constante da sua evolução a procura de conhecimentos sobre os melhores processos para obter bons exemplares e sobre as técnicas adequadas à sua recuperação em caso de doença ou acidente.

Na Europa clássica, a *Historia Animalium* de Aristóteles, do século IV a.C., é a primeira referência escrita de que temos conhecimento versando os cuidados a ter com os animais domésticos, na qual encontramos já cerca de vinte e cinco menções a doenças que afectavam normalmente os cavalos. Em meados do século IV d.C., Flavius Vegetius Renatus produz a *Digesta Artis Mulomedecinae*, que influenciaria os escritos encontrados na referencial *Hippiatrica*, compilação bizantina de textos clássicos sobre medicina dos cavalos realizada no século X, durante o reinado do Rei Constantino VII Porphyrogenitos (944-959 d.C.), tratando vários autores, enciclopedicamente, da criação dos animais e das suas doenças num total de 420 lições.

Aquela interdependência tornou-se particularmente marcada nas sociedades medievais europeias mais ocidentais, nas quais o cavalo, cuja contribuição era vital para a conquista de “Honra e Proveito”, ocupava um lugar de destaque nas preocupações dos alveitares. A vasta soma de conhecimentos adquiridos ao longo de séculos, de uma forma mais ou menos esparsa, começou, nessas regiões europeias atlânticas, a tomar forma coerente na obra enciclopédica de Santo Isidoro de Sevilha, as *Etimologias*. No livro XII, *De Animalibus*, estão presentes

ensinamentos acerca da natureza de vários animais domésticos e selvagens e particularmente sobre o cavalo, que é reconhecido como uma das mais maravilhosas criaturas de Deus, sendo-lhe atribuída a capacidade de, como o Homem, “chorar e experimentar sentimentos de dor”, realçando-se ainda a sua “vivacidade” (Oroz Reta e Marcos Casqueiro, 1994, p. 65).

É dada particular ênfase às características dos cavalos de guerra, que pelas suas capacidades de irem para a batalha eram chamados de armenta, referindo-se que “se sentem alegres no campo (...) cheiram a guerra (...) excitam-se com o som das trombetas (...) a voz do cavaleiro incita-os ao combate; sentem dor quando são feridos; alegram-se quando vencem”. Possuiriam os mesmos instintos de agressividade dos seus cavaleiros, pelo que “alguns reconheciam o inimigo na batalha, chegando ao ponto de o morderem” (Oroz Reta e Marcos Casqueiro, 1994, p. 65). Característica ainda de um corcel desta estirpe seria também a lealdade a toda prova para com o seu dono, que dele dependia e em quem confiava em absoluto. Assim, “alguns não admitem no seu lombo ninguém a não ser o seu dono e se este morre muitos há que vertem lágrimas”, sendo a estreiteza da relação que prendia o cavaleiro à sua montada de tal forma intensa que “os soldados que vão para a guerra adivinham o desfecho da batalha pela euforia ou tristeza dos seus cavalos” (Oroz Reta e Marcos Casqueiro, 1994, p. 66).

Estes conceitos eram partilhados, séculos depois da morte de Santo Isidoro de Sevilha, por inúmeros homens cujo ofício de armas os impelia a criar e a manter em perfeito estado de saúde os exemplares que melhor se adaptavam às necessidades da táctica guerreira, da caça e dos torneios. Destacou-se neste aspecto, como atrás se referiu, o Imperador Frederico II, que além de ter ordenado a compilação de uma obra sobre os cuidados a ter com os falcões e outras aves de rapina (*De arti venandi cum Avibus*), deixou entre a sua corte um espírito já renascentista, que possibilitou a Giordano Ruffo de Calábria, ou Jordão da Calábria, a realização da sua obra *De Medicina Equorum*. Apontam-se datas para a conclusão desta obra que variam entre 1250, data da morte do grande Imperador, e 1256, ano em que o seu autor foi capturado por inimigos que lhe vazaram os olhos.

Físico e veterinário estabelecido na cosmopolita e culta corte de Frederico II, Jordão da Calábria tomou certamente conhecimento das obras de Aristóteles e Vegécio, tendo provavelmente lido o *Hippiatrica*. Todavia, o contacto com o meio islamizado da corte deverá ter sido decisivo na compilação da sua obra, que pode ser ainda hoje considerada como “um ponto de partida para os tratados de doenças animais” (Davis, 1989, p. 102), dada a perspicácia e simplicidade das suas conclusões e dos conselhos que fornece, baseados apenas na observação e na prática. A parte nuclear do seu trabalho é dedicada ao processo reprodutivo e à criação dos cavalos, sendo ainda feita referência a sessenta e cinco tipos de doença ou ferimentos e às respectivas

práticas de tratamento. Reconhecida como obra-prima durante toda a Idade Média, foi objecto de traduções em Francês arcaico, Provençal, Catalão...conhecendo-se, ainda hoje, quarenta e uma cópias manuscritas medievais espalhadas pela Europa (Pereira Júnior, 1958, p. 146).

Sendo uma obra exemplar, teve prontamente seguidores que procuravam concretizar os seus desejos pessoais, ou os de outrem, compilando obras de alveitaria e de veterinária, caso do frade Dominicano Teodorico Borgognoni (Bispo de Cérvia, [1205-1298]), que na sua *Cirurgia*, datada de 1267, se debruçou sobre os problemas do tratamento das doenças dos cavalos, versando temas tão inovadores e decisivos para o sucesso das intervenções cirúrgicas como as técnicas de anestesia.

Ao abordarmos as obras e noções de alveitaria que influenciaram os nossos físicos medievais, não poderíamos deixar de referir o *Hippiatrica* sive *marescaelia Laurenti Russi*, ou Livro de Alveitaria de Lourenço Russião, sendo este Lourenço o chefe das cavalariações do Cardeal Napoleão Orsoni, em princípios do século XIV. De um exemplar existente na biblioteca do Conde de Castelo Melhor, com 179 capítulos, hoje apenas temos acesso à introdução e ao catálogo das matérias nele tratadas, que nos demonstram ter sido este um livro “no qual se põem os diversos modos de mezinha pera as infirmitades dos cavallos” (Fiadeiro, 1988, p. 114). Terá sido esta a fonte onde muitos dos nossos primeiros alveitares foram buscar a sua doutrina. Encontramos nos capítulos I a VII lições de genética, em que são descritas as qualidades interiores (carácter) e exteriores necessárias aos vários arquétipos do cavalo, em função de diversas e inconciliáveis funções (combate, tracção agrícola, tiro, corrida, entre outras utilizações). Ocupou-se Lourenço Russião, nos capítulos VIII a XX, da reprodução, gestação e parto dos pol-dros, sendo a sua alimentação detalhada entre o XXI e XL capítulos. As doenças que afectam os cavalos “dos olhos (...) às patas” (Fiadeiro, 1988, pp. 113-120) e os tratamentos adequados a cada uma são descritas e analisadas ao longo de cento e vinte capítulos, facto que não só demonstra a importância do tema para a medicina animal da época como reflecte uma já apreciável soma de conhecimentos sobre os aspectos do diagnóstico e cura de um grande número de disfunções físicas que podiam afectar os cavalos. A obra concluía abordando noções de gineta, prodigando conselhos sobre a utilização do cavalo, a sua domesticação, os esforços que poderiam ser dispendidos e como repor as energias gastas. Nas palavras de José Maria Pereira Júnior, esta obra reflectia como “à auréola da cavalaria e da guerra [correspondia] o cuidado dedicado aos cavalos” (Pereira Júnior, 1958, p. 146).

Muitos outros trabalhos seriam produzidos e postos à disposição dos Alveitares e *Gentis-homens* que deles precisassem com o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, surgindo outras referências, herdeiras de tradições e trabalhos anteriores, destacando-se as

que seriam produzidas na Espanha dos Reis Católicos. Exemplos do que afirmamos seriam a *Recopilacion de los mas famosos autores que escribieran en sobre Albeytaria* publicada em Toledo por Alonso Suarez, em 1564, em edição impressa (nela se compilando, como indica o seu título, as obras dos mais insignes autores e as noções por eles avançadas), ou os vários *Libros de Albeytaria* catalães e castelhanos produzidos entre os séculos XVI e XVII por autores como Francisco de la Reyna (cuja primeira edição data de 1546), Pedro Lopes de Zamora (editado em 1571) e Fernando Calvo (que viu o seu *Libro de Albeytaria* ser editado seis vezes entre 1582 e 1675), que por sua vez fariam escola aquém e além Pirenéus (Pérez Garcia, Moratinos Palomero e Ballesteros Moreno, 1993, p. 76).

A Alveitaria e o Cavalo de Guerra em Portugal

As novas concepções de estratégia bélica e a necessária evolução da scientia de alveitaria seriam atentamente estudadas em Portugal na Idade Média, como nos atesta Felix Lopes, ao tresladar e comentar o conteúdo de uma doação que, no ano de 1257, Mestre Gil, físico e mestre em Leis de Leiria, fazia no seu testamento. Mestre Gil legava aos Franciscanos de Leiria a quantia de cem libras para custear obras em curso no seu convento, bem como o recheio da sua riquíssima biblioteca, da qual fazia o inventário. É nesta lista que encontramos a primeira e feliz referência, em solo já Português, a uma obra de medicina animal - o *Liber qui dicitur Amici conduit*, que versava sobre a *Anathomia et Cura equorum sive Cirurgia ipsorum* e se debruçava ainda sobre *Cura Canum sive cirurgia ipsorum, et alia cirurgia hominum* (Lopes, 1953, pp. 368 e 369).

À data desta doação, o futuro erudito rei D. Dinis não sentira ainda a necessidade ordenar ao seu físico, mestre Giraldo, a compilação do tratado de Alveitaria que em finais do século XIII surgiria na forma do Livro de alveitaria para qualquer besta que quisesse. Os motivos porque redigiu a sua obra e o método utilizado são-nos expostos pelo autor, que nos afirma que “quando as sciências e as artes ssom escriptas e ensinadas segundo hordenamento quall devem, podennas os homees achar mais asinha; e ho entendimento er podellas ha mais ligeiramente fi-lhar e entender” (Vasconcelos, 1910, p. 175). Confessa também quais as suas influências, quais as suas fontes: “porque hy ha huu livro de alveitaria que fez Theuderique (...), e ha hy outro livro que fez Jurdam de Calavero que foy tirado de Theuderique, segundo como parece, pero que pos em ell mays e menos segundo como lhe assemelhou (...)”. Com estas bases e assente nestes motivos, “o muy noble rei Senhor dom Dinjs mandou a [si] meestre Giraldo que composesse e hordenasse huu livro ho mjlor que [lhe] semelhasse, em que compilasse hordenadamente todallas cousas (...) contheadas [nos] livros de suso dictos”. Mestre Giraldo, “com ajuda de

deos”, tresladando e ordenando “todo per linguagem portugues o mjlor que pude e enteny” (Vasconcelos, 1910, p. 175), dava corpo ao projecto Real.

Revela-se a clara consciência que D. Dinis e o seu mestre Giraldo tinham da importância fundamental da acessibilidade, a físicos e cavaleiros instruídos, de uma obra que, de um modo ordenado, sintético e escrito em vulgar, sistematizasse os mais modernos conhecimentos de alveitaria até então conhecidos. Beneficiando do patrocínio e protecção régios, mestre Giraldo iria subdividir o seu trabalho em duas partes distintas, a primeira referindo-se às “cousas que coñuee ao cauallo do tempo em que nace ataa o tempo que lhe deytam freo e sella”, a segunda ocupando-se “de todallas enfermidades que podem acaecer aos caualllos da cabeça ataa aos pees tam bem de doenças naturaes como doutras acidentaaes que lhes podem acaecer” (Vasconcelos, 1910, pp. 154 e 155).

A atenção especial que desde sempre se concedeu à alimentação adequada dos animais - sendo “muitas vezes mais cara a alimentação de um cavalo, do que o ordenado do seu tratador” (Davis, 1989, p. 44) - , não era descurada no primeiro livro de alveitaria português, ditando mestre Giraldo, na primeira parte da sua obra, em que moldes deveria ser constituída a dieta ideal: aveia, feno, feijão, fava e palha em abundância, cuidados que se poderiam considerar luxuosos, numa época em que grande parte da população lutava pela vida contra a fome nas estações mais duras do ano. Não se tratava, contudo, de apenas manter saudáveis os animais, mas sim de lhes conservar e aumentar as suas qualidades naturais. Se, como nos diz Davis, um cavalo deveria ser “suficientemente forte para transportar um cavaleiro armado a galope”, sem por isso “perder a sua agilidade natural” (Davis, 1989, p. 99), para tal acontecer, nos conselhos de mestre Giraldo, o cavalo correctamente alimentado devia “comer erua e feno e orgo por que com estas cousas alargara mais e crecerlham os membros mays”. Era claro: um bom cavalo “non deve de seer muj magro nem muj grosso ca se for muj grosso e lhe derem gram trabalho poderjia morrer majs aginha” (Vasconcelos, 1910, p. 154).

Lembrando que a dieta dos cavalos não podia ser constante e imutável durante todo o ano, e muito menos no campo de batalha, mestre Giraldo aconselhava que, em condições normais, o cavalo ceasse “no jnuerno sessenta presas de boo orgo e per toda a quentura quorenta” (Vasconcelos, 1910, p. 158), e que nas campanhas bélicas (que decorriam sempre que possível durante a primavera e o verão, para que houvesse pasto para os animais) fossem os pensos de palha e alguma aveia, juntamente com a erva que se encontrasse, a constituir o essencial das refeições das montadas dos Bellatores (Pérez Garcia, Moratinos Palomero e Ballesteros Moreno, 1993, p. 75).

Segue o Livro d’ Alveitaria relatando pormenorizadamente as doenças que podiam atingir os cavalos: o “cancer, (...) o polmão de lombo, (...) da sostra, (...) dos verrezes, (...) do inchaço da curva, (...) das estrepaduras

nos geolhos (...)", entre outras, referindo algumas mezinhas e "jnguentos". Com os seus "sateenta e sete capitulos" (Vasconcelos, 1910, p. 158), que permitiam aos aprendizes evoluir mais depressa numa ciência que, na época, nada tinha de inferior à medicina humana (muito graças à permissividade com que se intervinha cirurgicamente em animais sem embargos ético-religiosos), a obra de Mestre Giraldo merece sem dúvida a honra de ser, senão a primeira, pelo menos uma das mais claras e originais obras de alveitaria compiladas no Ocidente.

Até ao começo da Idade Moderna, a hipiátrica e a medicina humana encontrar-se-iam profundamente interligadas, cuidando o médico/físico normalmente das doenças dos animais e dos seus donos, muitas vezes por esta ordem. É sem surpresa que o conteúdo e o espírito da obra de mestre Giraldo mantém toda a sua actualidade mais de um século depois da sua primeira edição (1318), já no reinado de D. Duarte.

No seu tratado de gineta - que tendo sido editado nas primeiras décadas do século XV se torna no primeiro tratado de equitação da literatura europeia - , D. Duarte refere que o "perfeito cavalgador" não o seria sem saber "per speriençyas e regras geraaes (...) e outras mays cousas (...) que som scriptas em livro de Alveitaria" (D. Duarte, 1986, p. VIII). Como refere Ayton, um membro da aristocracia distinguia-se "não apenas pela posse de bons cavalos, mas também pela maneira como deles tratava", devendo combinar "modos cortesãos com competência prática (...) [e] tomar parte no bem estar e utilização dos seus cavalos" (Ayton, 1999, p. 32). Conclui-se que não só os alveitares necessitavam de tratados de hipiátrica e de obras de síntese como as atrás referidas, mas também (e cada vez mais) o verdadeiro Cavaleiro se distinguia por saber cuidar dos seus animais, valorizando uma relação de longas tradições que consagrava a Nobreza como uma elite montada. Inseparáveis dos seus cavalos, que lhes permitiam olhar "down on [their] subjects" (Davis, 1989, p. 108), os Bellatores encontravam na gestão dos seus domínios rurais e nos cuidados dedicados aos seus cavalos, uma forma de se demarcarem enquanto grupo social e cultural, pois que se a todo o proprietário de um cavalo convenientemente aprestado para a guerra era exigida prontidão de servir, um Cavaleiro deveria ainda possuir as qualidades que "per que todallas outras manhas se acalçom [...] grande vontade, poder abastante e muyto saber"(D. Duarte, 1986, p. 2). Grandes teriam de ser, na época, a vontade e o saber para seleccionar e reproduzir apenas os melhores exemplares, no sentido de se atingirem arquétipos de raça e bravura, assim como abastante deveria ser o poder económico do proprietário, por forma a custear a criação, o treino e a manutenção destes animais. Os mais recentes estudos nesta área são elucidativos: "o mais barato dos cavalos para montar custava cerca de 24 vezes mais do que o cavalo de trabalho de um camponês, um palafrém umas 400 vezes mais, e um bom cavalo de guerra... 800 vezes mais!" (Monteiro, 1998, pp. 159 e 160).

Era fundamental conhecer os métodos da scientia equestre que melhor permitiam seleccionar os animais reprodutores, estruturar e aplicar eficazes sistemas de separação de machos e fêmeas, cuidar das éguas durante o período de gestação e, posteriormente, desenvolver elaborados métodos de criação e treino, capazes de transformar os potros em eficazes cavalos de guerra, capazes de tomar parte no combate avançando a toda a brida para uma morte quase certa. Mas o saber tornava-se particularmente decisivo no que tocava a manutenção em perfeita forma física de animais destinados a desenvolver esforços extremamente violentos em condições sanitárias por vezes muito deficientes, e que se encontravam, na sua actividade normal, sujeitos a sofrer ferimentos e acidentes que poderiam comprometer definitivamente o seu desempenho enquanto máquinas de guerra.

Se os tratados de alveitaria eram fundamentais para satisfazer estas condicionantes, sendo portanto essencial que estivessem coligidos e disponíveis, não menos importante se revelava garantir que todos os conhecimentos e práticas, fruto do trabalho de sucessivas gerações dos alveitares portugueses no sentido de obter animais com características ideais, fosse perpetuado através de uma política coerente que garantisse o progressivo apuramento das raças equinas nacionais e a constante disponibilidade de animais em número suficiente para constituírem uma reserva estratégica em caso de guerra. Assim, com o superior objectivo de acautelar o constante incremento do capital-equídido do Reino de Portugal, foram-se sucedendo ao longo do tempo Regimentos e Leis regulamentadores da posse e uso de cavalos de sela.

O primeiro acto legislativo de que se tem conhecimento, neste sentido particular, surge no reinado de D. Afonso IV que, nas cortes de Évora de 1361, proibia que "se lançassem jumentos a égoas", uma disposição régia que seria mandada cumprir ("por não se guardar a defesa") pelo seu filho D. Pedro I (Barros, 1922, p. 90). D. Fernando, herdaria e desenvolveria esta política, publicando uma lei que estipulava que os vassallos do Rei, monteiros e restante alta Nobreza, bem como os mestres, comendadores e abades de Ordens, deveriam possuir e montar apenas cavalos. Era "prejudicial ao reino" (Barros, 1922, p. 96) que se procedesse de outra forma, e assim, os homens "de qualquer outra condição, afora clérigos de ordens sacras, que [andassem] de mulla de sella" deviam também ter "cavalo, aliás, [perdiam] a mula", ficando reservado a estes animais apenas o trabalho da lavoura (Ordenações Afonsinas, título 19, Livro 1, 1984, §6-7). O não cumprimento deste regimento significava a perda do soldo, no caso dos dependentes do Rei, e o embaraço das multas. Reconhecendo a importância dos municípios e dos seus termos, estipulava ainda o mesmo regimento, que cada concelho deveria ter "um ou mais cavallos de procriação", consoante o número "das éguas ahi existentes" e os meios que os ditos concelhos possuíam para os

sustentar (Ordenações Afonsinas, 1984, Livro I, título 19, §1-12).

Após os episódios de 1383-85, já no reinado de D. João I, atendendo à escassez de cavalos que a guerra tinha provocado, é estabelecido por decreto régio que apenas era proibido montar mulas aos indivíduos que recebiam “mantimento da corte” e que acompanhavam ou faziam parte do séquito do Rei e da Rainha. Isentos estavam os Bispos, “clérigos de missa” e “cirurgiões e judeus”. No mesmo ano, a proibição de se montar em mula ou rocins, iria chegar a “todos cavaleiros vassallos do Rei, fidalgos de linhagem e escudeiros que houverem consigo”, sendo este preceito obrigatório num raio não inferior a três léguas da corte (Ordenações Afonsinas, 1984, título 19, §13-16). Brevemente porém (1405), D. João I proclamaria o defeso total, sem distinção social ou de distância em relação à corte, determinando que todos aqueles que quisessem andar de “bestas de sella” teriam de andar a cavalo, devendo, além disso, os cavalos “correr de guisa, que huu homem possa em elles fazer o que deve, e o que se deve fazer em serviço de guerra; ou em potro de dois anos acima, que seja de boa levada” (Ordenações Afonsinas, 1984, Livro I, título 19, §17-26).

Posteriormente, e face à confrangedora realidade da continuada falta de cavalos no país e à quase sempre deficiente qualidade dos existentes (não eram de boa levada), o sábio Infante D. Pedro, tendo em vista a reconstituição de boas coudelarias em território nacional, defenderia que em algumas comarcas se privilegiassem couteiros e acontiados por forma a que estes não tivessem a obrigação das armas, apenas as dos cavalos. Apelando a uma necessária coesão nacional restauradora para o repovoamento do território com bons cavalos de guerra, nomeadamente através do desenvolvimento das competentes raças indígenas, o futuro regente do reino de D. Afonso V, aconselhava então que se fizessem estas “ordenanças docemente, e nom com grave constrangimento, por se a terra nom sentir por agravada”, todos teriam assim “vontade de fazer aquilo que lhes mandam” (Barros, 1922, p. 97). Tais medidas ultrapassavam, de facto, o mero âmbito do estatuto social, pois era fundamental para a manutenção do potencial bélico do país, a existência e manutenção de tradições e técnicas de criação de cavalos de guerra. Urgia, em suma, contrariar a endémica e “notável escassez de cavallos próprios para a milícia” (Barros, 1922, p. 96).

O(s) Regimento(s) dos Coudéis, promulgados por D. Duarte e mais tarde pelo Infante D. Pedro e D. Afonso V, traduziram esta realidade, determinando que só seriam aceites cavalos para reprodução quando estes reunissem determinadas condições, a saber: “não passar de três annos, salvo sendo alto de dois covados e quarta de medir panno; o potro não ter menos de dois annos e já chegar a razoável altura”. Não deviam em princípio ser mancos, contudo, se estivessem bem tratados e se o seu dono assegurasse que eram capaz de cobrir vinte éguas por ano, poderiam ser aceites na coutada à guar-

da do coudel (Ordenações Afonsinas, título 19, Livro I, 1984, §6-7)

Graças à sábia conjugação da medicina veterinária da época com as necessidades da estratégia política encontraram-se estabelecidas as bases estruturantes de um projecto já de âmbito eminentemente nacional, que não só viria a permitir um eficaz apuramento das raças das coudelarias portuguesas como estaria na origem do constante desenvolvimento de técnicas, por vezes pioneiras, no domínio da alveitaria.

Atestam a continuada procura das melhores características genéticas e a optimização das técnicas do seu aproveitamento, os sucessivos tratados, ainda hoje obras de referência, que foram sendo redigidas por alveitares e cavaleiros. Já não meras compilações de autores estrangeiros, mas antes trabalhos originais resultantes dos longos anos de análise e experiência da alveitaria portuguesa, destacando-se o Tratado da Gineta de Frei Pedro Galego (datado de 1629), a Arte da Cavalaria de Gineta e Estardiota, Bom Primor de Ferrar & Experiências Novas Desta Arte, da autoria de António Galvão de Andrade, que surgiu em 1678 dedicada ao Príncipe D. Pedro, e ainda a Luz da Liberdade e Nobre Arte da Cavalaria de Manuel Carlos de Andrade, protegido do Marquês de Marialva, Picador de Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima, que imprimia a sua obra em 1790 e dedicando-a ao Sr. D. João Príncipe do Brazil.

As características genéticas e as correspondentes técnicas de alveitaria e adestramento dos cavalos de guerra portugueses foram sendo apuradas ao longo dos tempos até atingirem níveis de resistência física, docilidade e bravura dificilmente igualáveis, tendo a sua fama ultrapassado as fronteiras do reino, como comprova o facto de que um dos saques tidos como mais preciosos, aquando das modernas Invasões Napoleónicas a Portugal, fosse precisamente constituído pelos cavalos apresados, que, incorporados nos exércitos invasores, vieram a ter um lugar de destaque na campanha da Rússia.

Conclusão

As celebradas qualidades dos descendentes dos cavalos da Lusitânia, a que já Plínio se referia, são o resultado de métodos de selecção e apuramento de raças equinas por uma antiga escola de cavalaria. Desenvolvendo um saber de verdadeira ciência dedicada à concepção, gestação, nascimento, adestramento e manutenção de cavalos, tendo os conhecimentos adquiridos por cavaleiros e alveitares ao longo dos tempos sido divulgados em tratados e compilações postas à disposição de todos os físicos e boos Cavalgadores que deles precisassem.

O reconhecimento do papel fulcral do cavalo de sela nas campanhas bélicas e o elevado conhecimento das características destes animais conferiu aspectos pioneiros à alveitaria portuguesa, permitindo-lhe, por

exemplo, executar planeamentos em termos nutricionais e fisiológicos especialmente adaptados às difíceis condições de transporte nas naus da expansão marítima portuguesa que se adivinham extensos e de uma grande responsabilidade, pelas consequências que poderia ter um erro de julgamento. Esta capacidade, desenvolvida em território nacional, de fazer bons cavalos, fez com, que em meados do século XIV, estes animais fossem já exportados para Inglaterra e que a qualidade das montadas enviadas para o Norte de África, a partir do século XV, fosse aí invejada. Foram assim os nossos alveitares respeitados por produzirem e cuidarem de cavalos que, reconhecidamente, possuíam boas capacidades de corrida, salto e obediência, a que aliavam um caring simples e pouco oneroso para os seus donos (Davis, 1989, p. 64).

O cavalo e a sua alveitaria só viriam a perder, de facto, importância (que não prestígio) após o segundo conflito mundial (Fonseca, 1952, pp. 38-40). Os drásticos progressos científicos e tecnológicos então verificados anularam o interesse estratégico do cavalo, quer na acção bélica, quer mesmo na sua utilização como elemento produtivo na economia dos tempos de paz, abrindo as portas a um mundo no qual o desenvolvimento das actividades equestres e da alveitaria pareciam deixar de ter sentido.

Obedecendo às “invioláveis leis do progresso” (Herculano, 1982, p. 15), actualmente, se o espírito do Alveitar é o mesmo, são outras as técnicas, os meios e os objectivos. De facto, e paradoxalmente, os avanços tecnológicos que conduziram a uma fase de menor dinamismo da ciência veterinária estão agora na base do seu relançamento. Não só pelas superiores capacidades técnicas que deles resultaram, ou ainda pelas alterações fundamentais por eles introduzidas na capacidade produtiva das sociedades e na sua economia, mas antes por terem conferido ao Homem a possibilidade de encarar o conjunto dos animais como parte integrante de um universo que não lhe pertence, mas do qual apenas faz parte.

Para o cavalo, se a Guerra acabou, desenha-se um futuro brilhante como um dos mais ilustres membros do reino animal e companheiro inseparável do homem.

Agradecimentos

Agradecemos a amizade do Prof. Doutor João Gouveia Monteiro, que orientou e reviu este trabalho.

Bibliografia

Fontes Impressas

Dom Duarte I, (1986). Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, INCM (Lisboa).

Ordenações Afonsinas (1984). 5 vols. , Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

Estudos

Atayde (Major). L. de (1994). “História do cavalo”, Revista do Centro Militar de educação Física, Equitação e Desportos, XVII, 10-13.

Ayton, A. (1999). Knights and Warhorses. Military service and the English Aristocracy under Edward III (Suffolk). 26-51.

Barros, H. de G. (1922). História da Administração Pública nos séculos XII a XV, vol IV, Tipografia Castro&Irmão (Lisboa). 90-99.

Cordero del Campillo, M. (1995). II Congreso de Veterinarios de Castilla y León, Módulo 4 (Burgos). 150-198.

Davis, H. R. C. (1989). The Medieval Warhorse, (Thames and Hudson). 7-123.

Herculano, A. (1982). Opúsculos, tomo I, Presença (Lisboa). 13-198.

Fiadeiro, J. (1988). “Livro de Alveitaria de Lourenço Russião”, Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias, 83, 113-120.

Fonseca, J. P. da (1952). “O médico veterinário nos exércitos modernos”, Revista de Medicina Veterinária, 47, 35-51.

Lopes, F. (1953). breves notas a dois documentos, Colectânea de Estudos, ano IV, nº3 (Lisboa). 366-372.

Monteiro, J. G. (1998). “A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média”, Editorial Notícias (Lisboa). 151-171.

Oroz Reta, J. e Marcos Casqueiro, M. A. (1994). San Isidoro de Sevilla. Etimologias, Biblioteca de Autores Cristianos (Madrid). 56-69.

Pereira Júnior, J. M. (1958). “A influência das instituições militares na evolução da Veterinária Portuguesa”, Revista das Ciências Veterinárias, 53, 145-178.

Perez Garcia, J. M., Moratino Palomero, M. e Ballesteros Moreno, E. (1993). La medicina animal en la organization militar en los siglos XV y XVI, Actas de las II Jornadas Nacionales de Historia Militar (Malaga). 73-89.

Saint Pierre, M. de (1954). Les Aristocrates, Folio, Paris, 15-378

Vasconcelos, C. M. de (1909). “Livro dalveitaria pera qualquer besta que quiserdes”, Revista Lusitana, nºXII, Imprensa Nacional de Lisboa (Lisboa). 110-178.

Vasconcelos, C. M. de (1910). “Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria”, Revista Lusitana, nº XIII, Imprensa Nacional de Lisboa, (Lisboa). 149-173.